

REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



ISSN 2595-5667

REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANO Nº 09 – VOLUME Nº 01 – EDIÇÃO Nº 03 – Dossiê Temático

ISSN 2595-5667

Editor-Chefe:

Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

**Rio de
Janeiro, 2024.**

REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

Conselho Editorial Internacional:

- Sr. Alexander Espinosa Rausseo, Universidad Central de Venezuela, Venezuela
Sr. Erik Francesc Obiol, Universidad Nacional de Trujillo, Trujillo, Peru, Peru
Sr. Horacio Capel, Universidad de Barcelona, Barcelona, Espanha.
Sra. Isa Filipa António, Universidade do Minho, Braga, Portugal, Portugal
Sra. Maria de Los Angeles Fernandez Scagliusi, Universidad de Sevilla, Sevilha, Espanha.
Sr. Luis Guillermo Palacios Sanabria, Universidad Austral de Chile (UACH), Valdivia, Chile.
Sra. Mónica Vanderleia Alves de Sousa Jardim, Universidade de Coimbra, UC, Portugal.
Sr. Mustafa Avci, University of Anadolu, Turquia

Conselho Editorial Nacional:

- Sr. Adilson Abreu Dallari, Pontificia Universidade Católica, PUC/SP, Brasil.
Sr. Alexandre Santos de Aragão, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, RJ, Brasil.
Sr. Alexandre Veronese, Universidade de Brasília, UNB, Brasil.
Sr. André Saddy, Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.
Sr. Carlos Ari Sundfeld, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil.
Sra. Cristiana Fortini, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.
Sra. Cynara Monteiro Mariano, Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil.
Sr. Daniel Wunder Hachem, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.
Sr. Eduardo Manuel Val, Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.
Sr. Fabio de Oliveira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Sr. Flávio Garcia Cabral, Escola de Direito do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul., Brasil
Sr. Henrique Ribeiro Cardoso, Universidade Federal de Sergipe, UFS, Brasil.
Sr. Jacintho Silveira Dias de Arruda Câmara, Pontificia Universidade Católica, São Paulo, Brasil.
Sra. Jéssica Teles de Almeida, Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Piri-piri, PI, Brasil., Brasil
Sr. José Carlos Buzanello, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Sr. José Vicente Santos de Mendonça, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.
Georges Louis Hage Humbert, Unijorge, Brasil
Sra. Maria Sylvia Zanella di Pietro, Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Sra Marina Rúbia Mendonça Lôbo, Pontificia Universidade Católica de Goiás, Goiás, Brasil.
Monica Sousa, Universidade Federal do Maranhão
Sr. Mauricio Jorge Pereira da Mota, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.
Sra. Monica Teresa Costa Sousa, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Maranhão, Brasil.
Sra. Patricia Ferreira Baptista, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.
Sr. Paulo Ricardo Schier, Complexo de Ensino Superior do Brasil LTDA, UNIBRASIL, Brasil.
Sr. Vladimir França, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.
Sr. Thiago Marrara, Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Sr. Wilson Levy Braga da Silva Neto, Universidade Nove de Julho, UNINOVE, Brasil.
-

**INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL ENTRE 2018 E 2022: UM ESTUDO
SOBRE AS DIFICULDADES ALIMENTARES E A DESMEDIDA NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS**

**FOOD INSECURITY IN BRAZIL BETWEEN 2018 AND 2022: A STUDY ON FOOD
DIFFICULTIES AND THE EXCESSIVE PUBLIC POLICIES**

Benedito Fonseca e Souza Adeodato¹

RESUMO: O presente artigo analisa a evolução da insegurança alimentar no Brasil entre 2018 e 2022, período marcado por instabilidades econômicas e sanitárias. O problema investigado é a intensificação do quadro de fome e insegurança alimentar no país, agravado pela pandemia de COVID-19 e pela crise econômica subsequente. As hipóteses suscitadas sugerem que fatores como o aumento da pobreza, desemprego e desigualdades sociais impactaram negativamente a segurança alimentar. Analisa a situação das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar que foram negligenciadas ao longo desses anos, destacando-se a importância de sua posterior retomada para garantir o direito humano à alimentação adequada. Utiliza metodologia mista, integrando análises quantitativas de dados oficiais, como os fornecidos pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), e revisão bibliográfica com autores como José Graziano da Silva e Amartya Sen. Os resultados indicam que a insegurança alimentar grave afetou mais de 33 milhões de brasileiros em 2022, revelando a urgência de políticas públicas eficazes posteriormente retomadas.

PALAVRAS-CHAVE: Insegurança alimentar; políticas públicas; Brasil; Período 2018-2022

ABSTRACT: This article analyzes the evolution of food insecurity in Brazil between 2018 and 2022, a period marked by economic and health instability. The problem investigated is the intensification of hunger and food insecurity in the country, worsened by the COVID-19 pandemic and the subsequent economic crisis. The hypotheses raised suggest that factors such as increased poverty, unemployment and social inequalities have negatively impacted food security. It analyzes the situation of public policies aimed at food security that have been neglected over the years, highlighting the importance of their subsequent resumption to guarantee the human right to adequate food. It uses a mixed methodology, integrating quantitative analyzes of official data, such as those provided by the Brazilian Network for Research on Food and Nutritional Sovereignty and Security (PENSSAN), and a bibliographic review with authors such as José Graziano da Silva and Amartya Sen. The results indicate that insecurity Severe food illness affected more than 33 million Brazilians in 2022, revealing the urgency of effective public policies subsequently resumed.

¹ Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); Mestre em Economia da Indústria e da Tecnologia pelo Instituto de Economia (IE/UFRJ); Graduado em Economia (IE/UFRJ). Professor Associado da UNIRIO, atuando nos cursos de Graduação em Administração Pública, Direito e Ciência Política. Professor de quadro permanente do programa de Pós-Graduação do Mestrado em Direito (PPGD).

KEYWORDS: Food insecurity; public policies; Brazil; Period 2018-2022.

I. INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar no Brasil, um problema estrutural que afeta milhões de pessoas, é o objeto do presente ensaio que se propõe a examinar o agravamento significativo experimentado entre 2018 e 2022, período que se caracteriza por uma combinação de crises econômicas, políticas e sanitárias. Ao longo do desenvolvimento das pesquisas realizadas foi possível depreender que durante esses anos, a insegurança alimentar atingiu níveis alarmantes, afetando diretamente as condições de vida de uma parcela considerável da população. O surgimento e a intensificação da pandemia de COVID-19 foram fatores cruciais para o agravamento desse cenário, pois exacerbando as desigualdades sociais, aumentaram os índices de pobreza e desemprego, complicando ainda mais o acesso da população aos alimentos essenciais. Este artigo busca analisar como esses elementos se combinaram para agravar a fome no país e como a falta de políticas públicas eficazes contribuiu para a persistência da insegurança alimentar.

Nos últimos anos analisados, a descontinuidade de programas sociais essenciais, como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), deixou um vácuo no combate à fome. A redução de recursos destinados a essas políticas sociais, somada à falta de uma resposta rápida e coordenada frente aos efeitos da pandemia, teve impactos devastadores sobre as famílias em situação de vulnerabilidade, particularmente em áreas rurais e nas periferias urbanas. Em 2022, a Rede PENSSAN revelou que mais de 33 milhões de brasileiros enfrentaram insegurança alimentar grave, destacando a urgência de uma intervenção política robusta para reverter esse quadro.

O artigo também analisa as contribuições teóricas de pensadores como Amartya Sen e José Graziano da Silva, que oferecem uma compreensão mais ampla sobre as causas e consequências da fome, propondo uma abordagem que vai além da simples falta de alimentos e se foca nas falhas estruturais no acesso a esses alimentos. Sen, por exemplo, argumenta que a fome é, em grande parte, um reflexo da pobreza e da falta de acesso a mercados justos e eficientes, enquanto Graziano da Silva enfatiza a importância da segurança alimentar como um direito humano, intimamente ligado à superação das desigualdades sociais.

A metodologia adotada neste estudo combina análises quantitativas de dados oficiais sobre a fome no Brasil, com uma revisão bibliográfica crítica, buscando entender as causas, o impacto e as soluções para a insegurança alimentar no período pós-2018. Com isso, este artigo objetiva fornecer uma análise aprofundada do fenômeno e, ao mesmo tempo, destacar a importância da retomada das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar, como forma de garantir o direito à alimentação adequada e combater a fome no país.

II. O CONTEXTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: 2018–2022

A insegurança alimentar no Brasil ganhou destaque entre 2018 e 2022 devido a uma combinação de crises econômicas, sociais e sanitárias. Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - PENSSAN (2022), 33,1 milhões de brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar grave em 2022, representando um aumento de 73% em relação a 2020.

No entanto, historicamente, o Brasil obteve avanços significativos no combate à fome e na promoção da segurança alimentar por meio de políticas públicas como o Programa Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas iniciativas foram internacionalmente reconhecidas, com o país saindo do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 2014. O Bolsa Família, por exemplo, beneficiava aproximadamente 14 milhões de famílias antes de 2018, proporcionando transferência direta de renda aliada a condicionalidades na saúde e na educação, o que contribuiu para a redução da pobreza extrema (FAO, 2014). O PAA incentivava a agricultura familiar, garantindo a compra de alimentos diretamente de pequenos produtores, enquanto o PNAE assegurava refeições a milhões de estudantes, desempenhando um papel crucial no combate à fome infantil.

Na contramão dessa perspectiva, entre 2018 e 2022, a execução e o financiamento dessas políticas sofreram retrocessos significativos. A falta de investimentos e o desmonte das políticas públicas tiveram consequências diretas na vida da população. O aumento da pobreza e da desigualdade social tornou-se evidente, e muitos brasileiros passaram a enfrentar dificuldades para acessar alimentos de qualidade (CARVALHO, 2021). Além disso, a insegurança alimentar tem implicações profundas na saúde e no desenvolvimento humano, resultando em maior incidência de doenças e problemas nutricionais.

De acordo com os dados compilados pela Rede PENSSAN o orçamento do PAA foi reduzido em mais de 70% entre 2012 e 2021, passando de R\$ 586 milhões para apenas R\$ 93 milhões, comprometendo sua capacidade de beneficiar agricultores familiares e populações vulneráveis. No mesmo período, o Programa Bolsa Família foi descontinuado e substituído pelo Auxílio Brasil, que enfrentou dificuldades de implementação e cortes no número de beneficiários, especialmente no início de sua execução. O impacto foi ainda mais evidente na segurança alimentar escolar: em 2020, devido à pandemia e à falta de estratégias para distribuição de alimentos durante o fechamento das escolas, milhões de crianças ficaram sem acesso à alimentação garantida pelo PNAE (PENSSAN, 2022).

Esse contexto de redução de recursos e descontinuidade das políticas públicas ampliou as desigualdades sociais e a vulnerabilidade de milhões de brasileiros, refletindo-se no aumento expressivo da fome. A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN, 2022) aponta que, entre 2018 e 2022, o número de brasileiros em situação de insegurança alimentar grave subiu de 10,3 milhões para 33,1 milhões, resultado direto da falta de priorização dessas políticas pelo governo. Segundo Graziano da Silva (2021), “a interrupção de programas consolidados, como o Bolsa Família e o PAA, minou décadas de esforços no combate à fome, afetando sobretudo populações mais vulneráveis, como crianças, mulheres e moradores de áreas rurais”.

Essa conjuntura revela a importância de se restabelecer e ampliar os investimentos em políticas públicas estruturantes, priorizando ações integradas que promovam segurança alimentar e combatam a fome como um direito humano fundamental.

O pensador e economista Amartya Sen (2010) é amplamente reconhecido por suas contribuições no estudo da fome e das injustiças sociais. Em sua abordagem, ele sustenta que a fome não é apenas uma questão de escassez de alimentos, mas também está profundamente relacionada a falhas nos sistemas de distribuição e no acesso a esses alimentos. Sen (2010) argumenta que, em uma sociedade democrática, a garantia de bem-estar social vai além da mera realização de eleições periódicas ou da adesão às formalidades políticas. A verdadeira democracia exige a criação de condições justas para a superação de problemas estruturais como a fome, o superendividamento e outras adversidades sociais. Essas questões demandam políticas públicas eficazes que assegurem o acesso universal e equitativo a recursos essenciais, promovendo a dignidade humana e a inclusão social. O foco deve ser em um desenvolvimento

que reduza as desigualdades e forneça os meios necessários para uma vida digna a todos os cidadãos.

Para este autor a fome é, fundamentalmente, uma questão de acesso econômico e social aos alimentos, e não apenas de insuficiência na oferta. Essa análise desafia a visão simplista de que a fome decorre unicamente da falta de produção alimentícia, destacando o papel crucial da desigualdade econômica e das condições sociais na perpetuação da insegurança alimentar. “A análise da pobreza deve concentrar-se nas possibilidades que tem um indivíduo de funcionar, mais do que nos resultados obtidos com esse funcionamento”, afirma Sen.

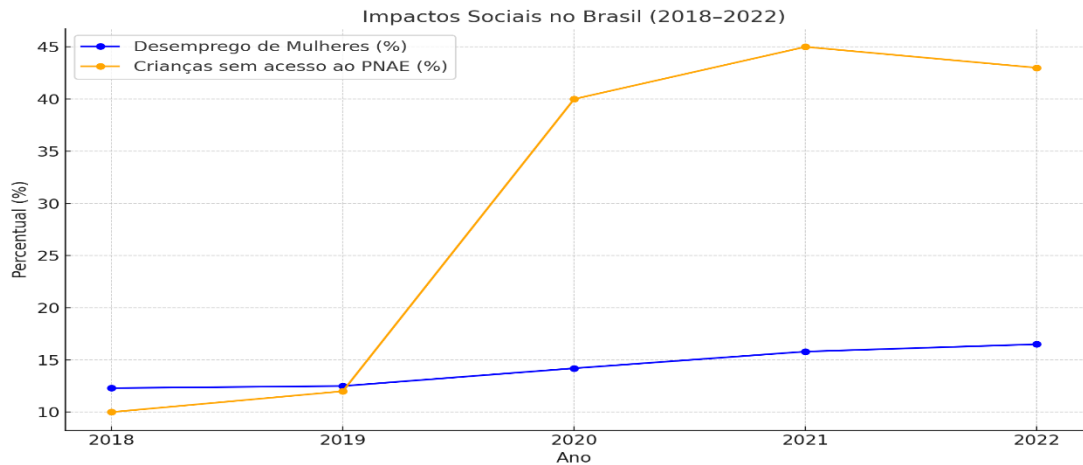
No Brasil, esse entendimento é particularmente relevante, sobretudo no período entre 2020 e 2022, quando a pandemia de COVID-19 exacerbou as vulnerabilidades sociais e econômicas, aumentando a insegurança alimentar de milhões de brasileiros.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, em 2021, a inflação dos alimentos atingiu 13,23%, acima da média geral, enquanto o desemprego alcançou 14,7% no primeiro trimestre do ano, afetando mais de 14,8 milhões de pessoas. Esses fatores reduziram drasticamente o poder de compra das famílias, dificultando o acesso a bens essenciais, como arroz, feijão e óleo de cozinha. Como destaca Sen (2010), “a fome é, frequentemente, resultado de uma falha nos mecanismos de distribuição e acesso, mais do que de uma escassez absoluta”. No Brasil, essa falha foi acentuada pela falta de políticas eficazes para mitigar os impactos econômicos da crise sanitária.

A pandemia expôs desigualdades estruturais profundamente enraizadas. Enquanto populações de classe média e alta puderam se resguardar em condições mais seguras, trabalhadores informais, moradores de periferias e comunidades rurais enfrentaram perdas severas de renda e dificuldade em acessar auxílios emergenciais. Segundo a Rede PENSSAN (2022), 19,3 milhões de brasileiros passaram fome em 2021, número três vezes maior do que em 2018. Essa situação reflete o que Sen descreve como uma privação de capacidades fundamentais, em que as pessoas não conseguem atingir um padrão de vida minimamente digno.

Além disso, o impacto desigual da pandemia teve consequências duradouras para grupos historicamente marginalizados. As mulheres, por exemplo, enfrentaram um aumento do desemprego e do trabalho doméstico não remunerado, enquanto crianças em idade escolar perderam acesso à alimentação garantida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Gráfico 1. Impactos sociais no Brasil (2018-2022)



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da Rede PENSSAN

O gráfico ilustra essas condições de vulnerabilidade social no Brasil entre 2018 e 2022, a saber: no que diz respeito ao desemprego de mulheres: O aumento progressivo da taxa de desemprego entre as mulheres reflete os desafios enfrentados, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Em 2022, o desemprego entre mulheres alcançou 16,5%, marcando um crescimento significativo em comparação com 2018.

Em relação às crianças sem acesso ao PNAE: A interrupção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante o fechamento das escolas em 2020 impactou severamente as crianças, com o percentual de crianças sem acesso a essas refeições aumentando de 10% em 2018 para 45% em 2021, indicando uma recuperação limitada em 2022.

Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas mais resilientes para proteger grupos vulneráveis em situações de crise. Como aponta Sen (2010), a fome é uma violação não apenas do direito à alimentação, mas também da dignidade humana, reforçando a importância de abordagens integradas para garantir justiça social.

Refletir sobre essas desigualdades evidencia a necessidade de ações estruturantes que combinem transferência de renda, estabilidade econômica e investimentos em políticas públicas inclusivas. Sem tais medidas, a insegurança alimentar continuará a comprometer o desenvolvimento humano e a perpetuar ciclos de pobreza e exclusão.

III. IMPACTOS DA PANDEMIA E A CRISE ECONÔMICA

Durante a pandemia de COVID-19, o Brasil enfrentou um aumento expressivo da insegurança alimentar, agravado pela descontinuidade e pelo corte no financiamento de políticas sociais que tradicionalmente atuavam na mitigação desse problema. O cenário de crise sanitária evidenciou desigualdades estruturais preexistentes, expondo a fragilidade do sistema de proteção social em lidar com situações emergenciais e seu impacto sobre populações vulneráveis.

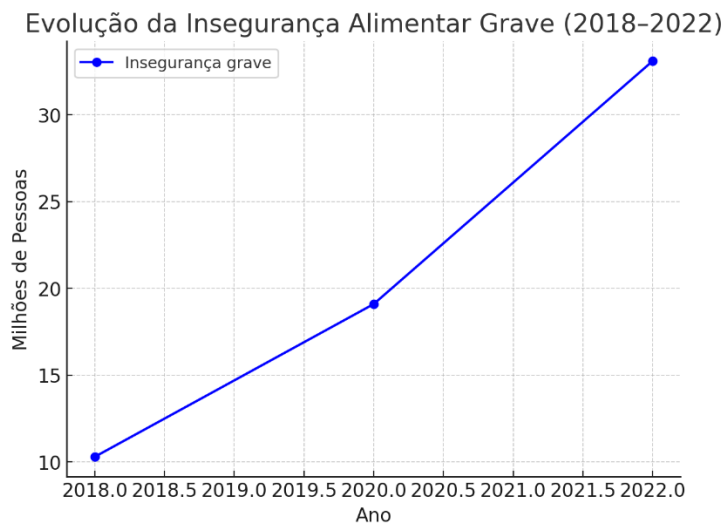
Entre 2020 e 2022, o orçamento destinado ao Programa Bolsa Família sofreu significativa redução, sendo posteriormente substituído pelo Auxílio Brasil. Embora o novo programa tivesse o potencial de atender a mais famílias, sua implementação foi marcada por problemas estruturais, como atrasos no pagamento, exclusão de beneficiários e inadequação dos valores frente à inflação alimentar. Além disso, políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), também foram negligenciadas. Segundo Graziano da Silva (2021), “a ausência de investimentos consistentes em programas de fortalecimento da agricultura familiar e a ineficiência na distribuição de renda contribuíram para o aumento da fome e das desigualdades regionais”.

O Programa de Aquisição de Alimentos, que se destacava pela compra direta de produtos da agricultura familiar para distribuição a comunidades vulneráveis, teve seu orçamento drasticamente reduzido durante o período. De acordo com dados do Ministério da Cidadania, o valor destinado ao PAA caiu de R\$ 405 milhões em 2012 para apenas R\$ 93 milhões em 2021. Essa redução comprometeu não apenas a subsistência de pequenos agricultores, mas também a oferta de alimentos para populações urbanas e rurais em situação de pobreza extrema.

A crise também teve impacto significativo nas desigualdades regionais, com o Nordeste e a Amazônia Legal figurando como as áreas mais afetadas. De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), aproximadamente 60% das famílias nessas regiões vivenciaram insegurança alimentar moderada ou grave em 2022, um índice alarmante que reflete tanto a escassez de alimentos quanto as dificuldades econômicas impostas pela pandemia. Essas regiões historicamente enfrentam altos índices de pobreza e acesso limitado a recursos básicos, fatores que foram amplificados pela crise sanitária e pela falta de políticas públicas direcionadas.

A interrupção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), devido ao fechamento das escolas, representou outro agravante. Antes da pandemia, o PNAE era responsável por fornecer refeições diárias a milhões de crianças em situação de vulnerabilidade. Contudo, em 2020, cerca de 40% dos estudantes ficaram sem acesso à alimentação garantida pelo programa, especialmente em áreas remotas e comunidades quilombolas, onde a escola muitas vezes representa a principal fonte de nutrição para crianças e adolescentes (PENSSAN, 2022). A ausência de uma estratégia eficaz para a distribuição de alimentos durante o período de ensino remoto intensificou a insegurança alimentar entre essas famílias, afetando de forma desproporcional crianças negras e indígenas.

Gráfico 2. Evolução da insegurança alimentar grave entre 2018-2022



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da Rede PENSSAN

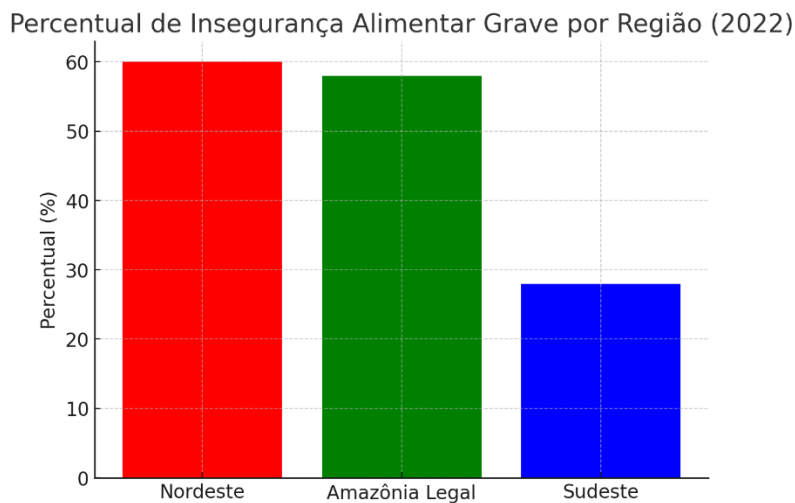
O gráfico acima ilustra a evolução da insegurança alimentar grave no Brasil de 2018 a 2022, apontando para o fato de que o número de pessoas em insegurança alimentar grave cresceu de 10,3 milhões em 2018 para 33,1 milhões em 2022, evidenciando um aumento significativo, especialmente após 2020.

A inflação alimentar durante a pandemia também desempenhou um papel crucial no agravamento do problema. Entre 2020 e 2022, os preços de itens básicos como arroz, feijão e óleo de cozinha registraram aumentos superiores a 30%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse aumento, combinado com o desemprego em massa — que alcançou 14,7% em 2021, afetando mais de 14,8 milhões de pessoas —, reduziu

drasticamente o poder de compra das famílias brasileiras. As mulheres e os trabalhadores informais foram os mais afetados, com as mulheres representando a maior parte dos empregos perdidos durante o período, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Outro elemento significativo foi o aumento da fome em comunidades rurais e tradicionais. A Amazônia Legal, por exemplo, enfrentou desafios relacionados ao isolamento geográfico e à falta de infraestrutura, que dificultaram o acesso a programas sociais e ao mercado de alimentos. Segundo Graziano da Silva (2021), "a fome nas regiões mais isoladas do Brasil reflete um problema crônico de ausência do Estado, que se intensificou na pandemia". Essas comunidades, muitas vezes dependentes da agricultura familiar, sofreram com a redução de recursos para programas como o PAA e a ausência de estratégias integradas de combate à fome.

Gráfico 3. Percentual de insegurança alimentar grave por região do país (2022)



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da Rede PENSSAN e da FAO.

Esse gráfico demonstra a distribuição regional da condição de insegurança alimentar, revelando que em 2022 as regiões Nordeste e Amazônia Legal apresentaram os maiores percentuais de insegurança alimentar grave, com 60% e 58%, respectivamente, seguidas pelo Sudeste, com 28%.

Os impactos da pandemia sobre a segurança alimentar no Brasil são, portanto, multifacetados e resultam da interação de fatores econômicos, sociais e políticos. A descontinuidade de programas sociais e a falta de uma resposta coordenada para proteger

populações vulneráveis não apenas ampliaram as desigualdades existentes, mas também comprometeram o progresso alcançado na redução da fome nas últimas décadas. Como destaca a FAO (2021), "políticas de transferência de renda e suporte à agricultura familiar são instrumentos fundamentais para garantir a segurança alimentar e reduzir a desigualdade, especialmente em tempos de crise".

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à segurança alimentar, com atenção especial às populações mais vulneráveis e regiões historicamente negligenciadas. A retomada de programas como o PAA e o aprimoramento de iniciativas como o PNAE são passos essenciais para reverter o aumento da fome e garantir o direito humano à alimentação adequada. Além disso, é fundamental investir em ações que promovam a resiliência das comunidades rurais e tradicionais, reduzindo sua vulnerabilidade a crises futuras e garantindo o acesso a condições dignas de vida.

IV. PERSPECTIVAS E PROPOSTAS IMPLEMENTADAS PARA SUPERAR A INSEGURANÇA ALIMENTAR APÓS 2022

As políticas públicas voltadas para a redução da insegurança alimentar precisam ser baseadas em uma abordagem multissetorial. Além da retomada de programas como o Bolsa Família, foi crucial investir em educação alimentar, ampliar o alcance de bancos de alimentos e fortalecer a agricultura familiar.

No plano internacional, o Brasil pode se beneficiar de exemplos bem-sucedidos, como o modelo de combate à fome adotado por países como o México, que integrou políticas alimentares ao sistema de saúde pública. Como argumenta José Graziano da Silva (2022), o Brasil já demonstrou, na década de 2010, que é possível reduzir drasticamente a fome quando há prioridade política e integração interministerial.

Desde 2023, o governo federal do Brasil tem implementado uma série de medidas para enfrentar a insegurança alimentar, agravada entre 2018 e 2022 devido a cortes em programas sociais e à ausência de políticas públicas efetivas. A retomada e o fortalecimento de programas sociais, como o Bolsa Família, agora ampliado e integrado ao Plano Brasil Sem Fome, têm sido centrais nessa estratégia (BRASIL, 2023).

O Plano Brasil Sem Fome, lançado em 2023, compreende 80 ações distribuídas entre 24 ministérios, com o objetivo de reduzir significativamente a fome no país. Entre as principais

iniciativas está o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que prioriza a agricultura familiar para fornecer alimentos a cozinhas comunitárias e outras iniciativas sociais. Essa política tem sido essencial no combate à fome em áreas urbanas, onde vivem 27 milhões das 33 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave em 2022, bem como em áreas rurais, onde a prevalência relativa de insegurança alimentar também é significativa (REDE PENSSAN, 2022).

Outra medida significativa foi a retomada dos estoques públicos de alimentos, estratégia que visa estabilizar preços e prevenir crises de abastecimento. Além disso, o governo tem promovido a criação de centros de distribuição de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, buscando maior capilaridade no sistema de segurança alimentar (FAO, 2023).

O impacto dessas ações já é perceptível. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE, o número de pessoas em insegurança alimentar grave caiu de 33,1 milhões em 2022 para 8,7 milhões em 2023, representando uma redução de 11,4 pontos percentuais no índice nacional. Isso reflete a reestruturação das políticas sociais e a recuperação econômica, com a geração de empregos e a valorização do salário-mínimo (IBGE, 2023).

Além disso, o governo tem priorizado a coleta e análise de dados em nível municipal, utilizando ferramentas como o Cadastro Único e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Essa abordagem permite identificar com precisão as populações mais vulneráveis, como domicílios chefiados por mulheres negras e comunidades tradicionais, ajustando as políticas públicas às demandas locais (BRASIL, 2023).

As ações implementadas desde 2023 reafirmam o compromisso do Brasil com a erradicação da fome e o direito humano à alimentação adequada. Essas iniciativas reposicionam o país no cenário global, alinhando-o às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 2, que busca acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição.

Medidas como a ampliação do Programa Bolsa Família, agora integrado ao Plano Brasil Sem Fome, e o fortalecimento de programas de apoio à agricultura familiar têm sido cruciais para enfrentar desigualdades históricas e regionais. Regiões como o Nordeste e a Amazônia Legal, mais severamente afetadas durante o período de 2018 a 2022, começam a apresentar melhorias nos índices de segurança alimentar. Segundo o IBGE, a insegurança alimentar grave

no país teve uma queda significativa entre 2022 e 2023, demonstrando o impacto positivo das políticas públicas retomadas.

Essas iniciativas também enfrentam as desigualdades econômicas e sociais que perpetuam a fome, buscando promover acesso universal a alimentos de qualidade. Com uma abordagem integrada e coordenada entre diferentes ministérios, o Brasil dá passos importantes para reduzir a pobreza e garantir a dignidade das populações vulneráveis, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que ora se encaminha para sua parte conclusiva demonstrou que a insegurança alimentar no Brasil, entre 2018 e 2022, foi agravada por uma convergência de fatores econômicos, políticos e sanitários. A crise econômica, caracterizada pelo aumento do desemprego e pela redução do poder de compra das famílias, associada à inflação dos alimentos, impactou diretamente o acesso da população aos alimentos. A esse cenário somaram-se cortes orçamentários e a descontinuidade de programas sociais cruciais, como o Programa Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, a pandemia de COVID-19 intensificou as desigualdades sociais, expondo as populações vulneráveis a níveis ainda mais alarmantes de privação alimentar .

Foi possível vislumbrar ao longo do estudo que, nesse período, a prevalência de insegurança alimentar moderada e grave atingiu patamares históricos, na medida em que mais de 33 milhões de brasileiros enfrentaram fome em 2022, um aumento significativo em relação a 2018. As desigualdades regionais também ficaram evidentes, com o Nordeste e a Amazônia Legal apresentando os piores índices: aproximadamente 60% das famílias dessas regiões enfrentaram insegurança alimentar moderada ou grave (REDE PENSSAN, 2022).

Diante desse panorama alarmante, a nova gestão do governo federal, iniciada em 2023, adotou uma série de medidas para reverter esse cenário. A retomada e ampliação de programas sociais, como o fortalecimento do Bolsa Família e a implementação do Plano Brasil Sem Fome, têm sido fundamentais para a promoção do acesso a alimentos e no fortalecimento da agricultura familiar, setor essencial para a segurança alimentar do país.

Essas medidas começam a apresentar resultados promissores o que reflete não apenas a reestruturação das políticas sociais, mas também a retomada da economia, com geração de empregos e aumento do salário-mínimo.

A superação do desafio da insegurança alimentar exige um compromisso coletivo, envolvendo o governo, a sociedade civil e organismos internacionais. É imprescindível assegurar a continuidade das políticas públicas, alocar recursos adequados e promover uma abordagem integrada que não apenas garanta o acesso a alimentos, mas também respeite a dignidade das populações vulneráveis. Somente assim será possível concretizar o direito humano à alimentação adequada e promover a segurança alimentar em sua totalidade, fortalecendo a justiça social e a igualdade no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Plano Brasil Sem Fome. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. 2022.

FAO. Relatório sobre Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina. Roma, 2023.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Fome e segurança alimentar: desafios globais e soluções possíveis*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC. Brasília: IBGE, 2023.

PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *Relatório de Insegurança Alimentar no Brasil em 2022*. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de COVID-19 no Brasil. São Paulo: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2022.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.